

A Apropriação de Terras no Século XXI: o fenômeno *land grabbing* como reflexo de mudanças na economia política internacional

Land Appropriation in the 21st Century: the land grabbing phenomenon as a reflection of changes in the international political economy

BRUNA FIGUEIREDO GONÇALVES¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo compreender o fenômeno *land grabbing* à luz de transformações recentes na economia e política internacional. Para atingir este objetivo, busca-se, primeiramente, avançar na construção de uma definição para o fenômeno, objeto de disputa na crescente literatura sobre o tema. Este artigo defende que os *land grabs* não representam práticas completamente novas, pois estão ligadas a dinâmicas inerentes ao capitalismo para acumulação de capital, mas que a onda recente de tais práticas possui características particulares com relação a outros períodos. Argumenta-se que a corrida global por terras contemporânea é parte de mudanças maiores na economia política global. Os *land grabs* foram possibilitados por processos históricos controversos, como o regime da dívida em países em desenvolvimento nas últimas décadas do século XX, e têm sido intensificados por conjunturas específicas do período, em especial a financeirização da economia e a convergência de múltiplas crises.

Palavras-chave: *Land Grabbing*; Apropriação de Terras; Economia Política Internacional.

Abstract: The purpose of this article is to understand the land grabbing phenomenon in light of recent transformations in the international economy and politics. In order to reach this goal, it first seeks to advance in the construction of a definition for the phenomenon, which is subject of dispute in its growing literature. This paper argues that land grabs do not represent completely new practices, since they are linked to dynamics inherent to capitalism for capital accumulation, but that the recent wave of such practices has particular characteristics in relation to other periods. It is argued that the contemporary global race for land is part of larger changes in global political economy. Land grabs have been made possible by controversial historical processes, such as the debt regime in developing countries, and have been intensified by period-specific conjectures, especially the financialization of the economy and the convergence of multiple crises.

Keywords: Land Grabbing; Land Appropriation; International Political Economy.

Recebido em:
17 de Julho de 2018

Received on:
July 17, 2018

Aceito em:
27 de Agosto de 2018

Accepted on:
August 27, 2018

DOI:10.12957/rmi.2017.36058

¹Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). **Endereço para correspondência:** Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rua Marquês de São Vicente, 225, Vila dos Direitórios, casa XX, Gávea, Rio de Janeiro, CEP 22451-045, Brasil. **E-mail:** bruna_fg@ymail.com

Introdução

As primeiras décadas do século XXI têm presenciado um rápido aumento nos casos de apropriação de grandes parcelas de terras e outros recursos e atividades associados a ela, em uma ‘corrida mundial por terras’ que chamou a atenção do mundo para um fenômeno que tem alcance cada vez maior. O termo *land grabbing* ressurgiu no nível internacional a partir deste período, como referência a este fenômeno, que ecoa em todo o mundo em desenvolvimento, principais alvos das apropriações, e que envolve ações frequentemente cercadas por segredos e incertezas, com consequências que têm gerado preocupações.

Um relatório lançado em 2008 pela Organização Não Governamental (ONG) GRAIN foi o que alertou o mundo sobre tal corrida por terras e alarmou sobre seus principais potenciais impactos negativos. Estas preocupações alcançaram a mídia neste período com os protestos em Madagascar, que ocorriam contra o governo acusado de ter liberado 3,2 milhões de hectares de terra para a empresa Daewoo Logistics por 99 anos, em negociações denunciadas pela falta de transparência (TNI, 2013). O tema ganhou diversas páginas na imprensa desde então, com notícias de casos de conflitos e disputas no campo e alarmes sobre a escassez de

alimentos ou a compra de terras por estrangeiros.

Este artigo se insere nessa temática buscando compreender o rápido crescimento nas apropriações de terras mundialmente à luz de transformações recentes na economia e política internacional. Para atingir este objetivo, busca-se, primeiramente, explicar e definir o próprio fenômeno através das lentes da Economia Política Internacional, sobretudo com base nos conceitos e teoria do autor David Harvey. A definição de *land grabbing* construída pelo artigo, a partir da contribuição de outros autores, indica que tal prática está relacionada a dinâmicas inerentes ao capitalismo. Defende-se que estas são essenciais para a reprodução do capitalismo e que, em grande parte, correspondem a práticas realizadas para buscar novos locais de acumulação de capital, como forma de superação, temporária, das crises que o capitalismo enfrenta.

Em seguida, o artigo defende que, apesar da história do mundo ser marcada por *land grabs*, a fase contemporânea das apropriações de terras possui particularidades com relação a outros períodos da história. Nesse sentido, busca-se refletir sobre tais particularidades, que estão diretamente associadas a transformações

recentes no mundo. Argumenta-se que *land grabbing* é parte de mudanças maiores na economia global e nos mercados financeiros na análise do desenvolvimento capitalista no período contemporâneo.

O que é land grabbing? Debates e definições

A recente corrida por terras motivou a publicação de diversos trabalhos acadêmicos, reflexões de movimentos sociais e até mesmo da imprensa sobre as transações em questão. A literatura sobre o tema é, entretanto, marcada por disputas diversas quanto a elementos, como a própria definição do fenômeno e as suas características determinantes, que levam, por exemplo, a dificuldades metodológicas para o monitoramento das práticas. Diante disso, este artigo busca, primeiramente, apresentar brevemente os debates em torno do que é *land grabbing* e então avançar na construção de sua definição.

Os autores divergem até mesmo quanto ao termo utilizado para se referir a este fenômeno. Observa-se a utilização de termos e expressões traduzidas para outras línguas, que frequentemente alteram não apenas o idioma, mas também o significado das dinâmicas consideradas, além da utilização de termos que reduzem as dinâmicas a

determinados processos, que não o representam em toda a sua complexidade. Este é o caso da “estrangeirização de terras”, que tem sido tratada como sinônimo de *land grabbing*. Entende-se que este processo corresponde a apenas uma dimensão do fenômeno em questão, posto que *land grabbing* não requer a participação de atores ou capitais estrangeiros para ser caracterizado, mas pode ser exclusivamente conduzido por atores nacionais, como indivíduos ou empresas nacionais.

Cabe ressaltar que diferentes termos presentes na literatura refletem diferentes posições ideológicas dos autores e formas como o fenômeno é entendido. O termo “*land grabbing*” tem sido empregado normalmente por perspectivas críticas, que consideram as consequências políticas destas práticas, enquanto outros termos como “aquisição de terra em larga escala” ou “investimentos em terra em larga escala” estão longe de serem neutros, como muitos autores propõem, mas tem um papel discursivo que despolitiza o fenômeno (Margulis, Mckee e Borrás Jr., 2013). Diversas abordagens entendem que os *land grabs* constituem ameaças, por receio às suas potenciais consequências, bem como por experiências passadas.

Diante disso, este trabalho busca, a partir da contribuição de autores importantes sobre os *land grabs*, avançar na compreensão da recente corrida por terras, em um esforço de construir uma definição para tal. Tal definição centra-se nas bases teóricas deste estudo e deve considerar as razões políticas, sociais e econômicas para que a corrida ocorra, mas também as implicações nestes âmbitos que possui. Esta definição é essencial para a análise crítica dos processos envolvidos.

A construção da definição parte essencialmente de trabalhos dos autores Fairhead, Leach & Scoones (2012) e Borras *et al.* (2012), conectando-os às formulações teóricas de David Harvey. Os primeiros definem *land grabbing* como “*apropriação de terras*”, em que o termo *apropriação* implica “na transferência de propriedade, de direitos de uso e do controle sobre recursos que foram propriedades pública ou privada” (Fairhead, Leach & Scoones, 2012, p. 238, tradução nossa). Dois aspectos dessa definição, intimamente entrelaçados, devem ser destacados. Em primeiro lugar, o fenômeno envolve não só a transferência de títulos de propriedade, mas deve-se notar as diferentes formas pelos quais *land grabs* acontecem, como compra, arrendamento, contratos, conservação de florestas e outros. Devido a isso,

Borras *et al.* (2012) defendem que o fenômeno não seja entendido apenas em termos de escala de terras, mas também em termos de escala de capital.

Em segundo lugar, o fenômeno é visto como *control grabbing*, isto é, como o poder de controlar terra e outros recursos associados a ela, com vistas a se beneficiar deste controle. Esta definição possibilita pensar não só na apropriação de terras propriamente, mas também na apropriação de recursos verdes e hídricos obtidos pelo acesso à terra (Borras *et al.*, 2012). Além disso, Fairhead, Leach & Scoones (2012) defendem ainda que *apropriação* está diretamente relacionada aos processos duais e inter-relacionados de reprodução e espoliação. Essas noções estão relacionadas a teoria de David Harvey, autor central para a compreensão da atual fase de *land grabbing*, que se manifesta por ambas as formas mencionadas.

O argumento de Harvey central para refletir sobre *land grabbing* é que o processo de reprodução ampliada de capital nos dias de hoje é acompanhado pelo que o autor chama de processos de acumulação por espoliação (2004b). O conceito de acumulação por espoliação é uma releitura do processo de acumulação primitiva descrito por Karl

Marx², processo que, para Harvey, segue ocorrendo de maneira contínua ao longo do desenvolvimento capitalista até hoje e é fundamental para acumulação de capital na contemporaneidade. Para ressaltar tal ideia de continuidade, Harvey destaca diversos processos identificados por Marx como formas de acumulação primitiva, que seguem presentes, como a “mercantilização e a privatização da terra, a expulsão violenta de populações camponesas, a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos da propriedade privada” e outras (Harvey 2004a, p. 121).

Além disso, segundo Harvey, novas formas de acumulação por espoliação foram criadas nos últimos anos, como a biopirataria, a *commodificação* ou mercantilização da natureza de diversas formas, ao passo que alguns dos mecanismos da acumulação primitiva destacados por Marx se aprimoraram e desempenham hoje um papel ainda mais forte. Determinadas características do capitalismo contemporâneo representam “grandes trampolins de predação, fraude e roubo”, como o sistema de crédito e o capital financeiro (Harvey 2004a, p.

122). Além destes, para o autor, observa-se ainda no período contemporâneo outros mecanismos predatórios e fraudulentos, como a financeirização, valorizações fraudulentas de ações, destruição de ativos pela inflação e dívidas que aprisionam indivíduos e países. Estes processos se conectam diretamente à forma como *land grabbing* tem ocorrido no período contemporâneo, como se pretende argumentar.

Defende-se, assim, que *land grabbing* pode ocorrer como simples acumulação de capital, em que os lucros acumulados são reinvestidos, aumentando o capital e a concentração de sua propriedade, ou como acumulação por espoliação, em que terras são disponibilizadas no mercado a custos mais baixos, e aparecem como nova oportunidade de investimento para o capital excedente, para receber uso lucrativo, como novo local de acumulação de capital. As terras são disponibilizadas para estes investidores de diversas maneiras, como desapropriações, privatizações e desvalorizações, como apontado por Harvey, que podem ocorrer de forma orquestrada, administradas e controladas pelos próprios Estados, de forma a possibilitar, em determinados casos, a transferência de propriedade.

² Ver MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

Seguindo esta interpretação, a apropriação de terras não representa um fenômeno completamente novo, pois está ligada a dinâmicas inerentes ao sistema capitalista para a acumulação de capital. Contudo, este artigo argumenta que a onda atual de intensificação na prática de apropriação de terras possui características particulares, ligadas ao contexto histórico, político e econômico recente, aspectos aos quais a seção seguinte se dedica.

As particularidades da fase contemporânea de land grabbing

Este artigo defende que as particularidades da fase contemporânea dos *land grabs* estão relacionados tanto a processos que, em grande parte, tornaram possíveis os investimentos estrangeiros nos países em desenvolvimento, quanto a conjunturas específicas que contribuíram para a intensidade e ritmo com que as apropriações de terra têm ocorrido. Quanto ao primeiro aspecto, destacam-se os programas de reestruturação implementados nas décadas de 1980 e 1990, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, e quanto ao segundo aspecto, destaca-se a convergência de múltiplas crises no século XXI.

Os programas de ajustes mencionados tiveram fortes efeitos sobre os países em desenvolvimento, ainda no final do século XX. Apesar de terem sido justificados pela busca pelo crescimento econômico, o efeito obtido por tais foi o aumento do endividamento daqueles países, com relação aos credores estrangeiros, e o encolhimento de seus fundos governamentais para educação, saúde e infraestrutura. Dessa forma, Saskia Sassen (2016) argumenta que estes programas, além de atuar na abertura da economia destes países, levaram ao aumento de suas dívidas nas décadas de 1980 e 1990, e, por isso, são responsáveis, em parte, pela facilidade com que compradores estrangeiros podem adquirir terra nestes locais e pela facilidade com que governos desejam permitir essas aquisições. Estes efeitos estão relacionados ao papel disciplinador do regime da dívida, um fator de enfraquecimento e empobrecimento de boa parte dos governos nacionais do Sul global (Sassen, 2016).

Para a autora, estes programas incluíram a terra nos circuitos globais de acumulação de capital e são parte importante para a explicação das peculiaridades da fase atual de aumento de *land grabs* em relação a períodos anteriores (Sassen, 2016). A terra passa a ser cada vez mais demandada pelo

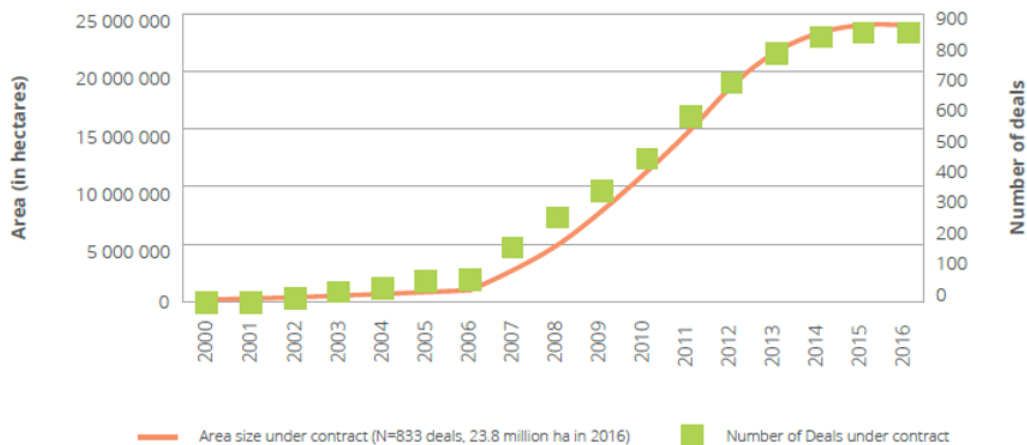
capitalismo, levando a uma maior mercantilização e financeirização da terra, enquanto os próprios territórios nacionais são reposicionados como forma de atender estas demandas, vindas de empresas e governos nacionais e estrangeiros.

De outro lado, há diversos processos e conjunturas específicas contribuíram para que a fase contemporânea do fenômeno se distinguisse de períodos anteriores, sobretudo pelo rápido ritmo e intensidade com que as apropriações de terra têm ocorrido. Estas características se devem especialmente à convergência de múltiplas crises, no final da década de 2000, razão mais apontada pelos pesquisadores que se dedicam ao tema para o aumento nas transações em terra e agricultura na última década. Interessa para este artigo, refletir sobre tais processos, observando, em particular, como a crise financeira e a financeirização contribuíram para o aumento nas apropriações de terra, ponto à que se dedica a próxima seção.

Crise no capitalismo, financeirização da economia e convergência de múltiplas crises

A fase contemporânea de *land grabbing* é marcada pelo rápido ritmo e intensidade com que os investimentos em terra têm ocorrido. Entre os anos de 2006 e 2016, as transações agrícolas transnacionais cresceram exponencialmente, como mostra a figura abaixo, retirada do relatório mais recente do Land Matrix (Nolte, Chamberlain e Giger, 2016) – uma iniciativa de monitoramento das transações de terra, que oferece um panorama do seu crescimento. Este crescimento está associado a diversos e complexos eventos e transformações na economia e política mundial, sobretudo à conjuntura específica de convergência de múltiplas crises, sejam estas, financeira, alimentar, energética e ambiental, no final na década de 2000, e à financeirização da economia. Cabe observar que as motivações para o crescimento nos casos de *land grabbing* relacionadas a tais crises são muitas e se entrelaçam de forma complexa entre si e com outros elementos.

Figura 1. Transações agrícolas transnacionais com contratos concluídos (2000-2016)



Note: Figures for size and number of deals are cumulative. For 171 concluded deals, the year in which the deal was concluded is unknown.
Source: Authors' calculation based on Land Matrix data, April 2016.

Fonte: Nolte, Chamberlain, Giger, Land Matrix Analytical Report, 2016.

O sistema capitalista, em que as transações ocorrem, é orientado à expansão e acumulação de capital, em que o capital não deve ser entendido como uma coisa, mas como um processo que tem por objetivo a perpetuação da acumulação (Harvey, 2011). Essa incessante busca pela acumulação de capital leva ao que se entende como a principal contradição da lógica capitalista: a sobreacumulação. Nesse momento, o sistema capitalista não tem mais como produzir riquezas e multiplicar mercadorias, dinheiro e capital, pois a base a ser reproduzida torna-se excessiva. As crises são a manifestação do excesso de capital que não encontra oportunidades lucrativas

para que possa seguir acumulando (Botelho, 2014).

O sistema capitalista é em si um sistema propenso a crises, mas para atingir o objetivo de superar qualquer obstrução potencial à livre circulação de capital em todo o mercado mundial, o seu desempenho tem sido surpreendentemente criativo ao longo dos últimos duzentos anos, apresentando inovações em diversos setores da economia e nas relações com o Estado. O capital tem convertido limites aparentemente absolutos em barreiras que podem ser superadas ou contornadas, por meio de diversos mecanismos e ajustes, como os temporais e espaciais, em que destaca-se

não só a acumulação de capital através do reinvestimento do excedente obtido em transações anteriores, mas também o que Harvey chama de acumulação por espoliação, que representa uma importante forma de inovação do capital para sair da crise (Harvey, 2004b).

A partir disso pode-se compreender a crise financeira, que teve seu boom em 2007-2008 nos Estados Unidos da América e na Europa. As crises financeiras, como afirma Harvey, “servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo”, levando a “reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novos campos de investimento e novas formas de poder de classe” (Harvey 2011, p. 23). A crise de 2008 é uma crise de sobreacumulação, intrínseca e inerente ao modo de produção capitalista, que gerou uma procura do capital financeiro por novos territórios para realização de capital. A crise de acumulação deste período impulsiona investimentos em terra, e a financeirização tem forte peso para isso.

A mais recente fase da financeirização surgiu como uma resposta à crise de sobreacumulação da década de 1970, momento em que os lucros dos Estados Unidos da América e dos países europeus começaram a cair, apesar da abundância de trabalhadores com baixos

salários, segundo Harvey. Estes países redirecionaram seus capitais excedentes aos mercados financeiros, em atividades especulativas em que o lucro era passível de ser realizado. A financeirização surgiu como uma necessidade e uma forma de absorver o capital excedente. É nesse período que os Estados Unidos iniciam o processo de expansão do seu sistema financeiro a outros países, de maneira que a crise viria, posteriormente, a se propagar em efeito cascata, de uma região para a outra (Harvey, 2011).

Os investimentos financeiros, então, buscaram refúgio em diferentes setores da economia, como o de tecnologia e o imobiliário. No período mais recente, o setor agrícola se tornou destino destes investimentos financeiros por diversos fatores (Borras *et al.*, 2015). A financeirização está relacionada a novos instrumentos financeiros, que permitem que investidores comprem tanto terras quanto produções agrícolas em todo o mundo em busca de lucros, ao mesmo tempo que reduzem riscos, que foram evidenciados neste contexto de crise. Estes investimentos financeiros se conectam ao fenômeno *land grabbing*, por conseguinte, tanto pelo seu papel sobre a crise de alimentos e as demais crises que convergem no período abarcado por esta pesquisa, visto que alcançam o mercado de alimentos,

energia e até mesmo o meio ambiente, e, assim, aumentam o interesse por terras, quanto pelo seu papel sobre o próprio mercado de terras.

Ainda que o valor produtivo da terra continue sendo chave para atração de investimentos, como veremos adiante, o crescente interesse dos mercados financeiros pela compra e venda de terras agrícolas deve ser notado. A financeirização se refere, segundo Epstein (2005, p. 3), ao “crescente papel dos motivos financeiros, mercados financeiros, atores financeiros e instituições financeiras na operação das economias domésticas e internacionais”. Esta ampla definição destaca o papel crescente das finanças, sem excluir o papel que a atividade produtiva ainda possui na economia. Isto importa para pensar o fenômeno em análise, pois, conforme Fairbairn (2014), a terra é, simultaneamente, um ativo produtivo e um ativo financeiro. Apesar de sempre ter possuído qualidades financeiras, a partir da nova fase de financeirização, as terras agrícolas puderam ser incorporadas nos circuitos de capital por diversos mecanismos.

As qualidades financeiras da terra são fontes importantes de ganhos de capital que atraem os investidores, possíveis, por exemplo, pela valorização passiva ou valorização através de

transformações na terra, como pela formalização de títulos legais de posse ou pela melhoria da infraestrutura de transportes, segundo Fairbairn. Estes investidores, como bancos, fundos de investimento e empresas especializadas, costumam ver as terras como fontes de retornos relativamente estáveis a longo prazo, formas de diversificação de seus portfólios e *hedge* contra a inflação (Fairbairn, 2014).

O argumento de Fairbairn é que é justamente essa dupla função que torna a terra singularmente atrativa para os investidores, pois a permite reservar o valor nela investido e até mesmo gerar riqueza pela sua apreciação passiva, ao mesmo tempo que permite a produção, gerando rendimentos. As recentes apropriações de terras em larga escala combinam ambos os papéis da terra (Fairbairn, 2014). A distinção entre as operações financeiras e as produtivas no tocante a terras agrícolas é, entretanto, frágil. A crise alimentar global contemporânea reflete a complexidade e a proximidade entre estas duas atividades, como se expõe a seguir.

A crise alimentar global do período de 2007-2008 concerne os altos níveis e a extrema volatilidade dos preços agrícolas, fenômeno a que se tem chamado de “agroinflação” (Clapp e Helleiner, 2012). Esta crise representa

um forte impulso para o aumento nas transações de terra em todo o mundo, visto que a agricultura representa a maior parte das intenções das aquisições de terra (Nolte, Chamberlain e Giger, 2016). Sua formação ocorreu de maneira complexa, de modo que é necessário observar diversos aspectos para compreendê-la, e seus efeitos foram sentidos maiormente nos países em desenvolvimento, em que a flutuação frequente dos preços afetou profundamente os consumidores e restringiu o acesso a produtos alimentares. Apesar do declínio nos preços já a partir da segunda metade de 2008, os preços nesses países permaneceram altos nos anos posteriores (Clapp e Helleiner, 2012).

Jennifer Clapp e Helleiner (2012) indicam que, no momento inicial da crise, diversos autores a associaram a questões relativas a oferta e a demanda por alimentos, como a busca por alimentos por alguns países, que passavam por crescimentos econômicos e/ou que buscavam fontes em outros países para garantir seus abastecimentos internos, ou também fatores como a estagnação da produção nos países mais pobres do mundo, secas e questões ambientais, aumento nos preços dos petróleos, entre outros. Porém, para os autores, estas e outras razões que explicam a crise com base em processos

de acumulação física não dão conta de explicar a severidade da volatilidade dos preços (Clapp e Helleiner, 2012). A financeirização se torna chave para a compreensão.

Philipp Mcmichael (2009), importante autor sobre regimes alimentares, defende o peso da financeirização neste processo. Mcmichael afirma que o aumento nos preços dos alimentos neste período se deveu ao aumento na demanda por energia e alimentos, em um contexto de pico do petróleo e a busca por culturas para combustíveis alternativos, processo sobre o qual a especulação financeira teve papel central. O aumento nos preços atraiu diversos investimentos financeiros em alimentos, que se combinou a especulação financeira com o mercado futuro de commodities, dentre outros aspectos.

Com relação à crise de alimentos, a financeirização está associada ao aumento da volatilidade dos preços dos alimentos, que afeta o acesso aos alimentos por determinadas populações e aumenta os incentivos para investimentos em mercados agrícolas por atores financeiros, inclusive terras (Clapp, 2015). O aumento da participação de atores financeiros e a criação de novos instrumentos financeiros têm consequências para o

sistema alimentar. Isto contribui para o que Clapp (2014) indica ser um “distanciamento” no sistema alimentar, em que “distância” se refere ao espaço que existe entre produtores e consumidores de comida. A grande financeirização no sistema alimentar global contribui para tal distanciamento pelo aumento no número de atores envolvidos nas cadeias globais de commodities agroalimentares e pela abstração da comida da sua forma física para derivativos de alta complexidade, que são incompreensíveis para a maior parte da população. Este distanciamento obscurece o papel dos atores financeiros e os custos colocados por suas atividades, tornando mais difícil a luta de grupos que buscam a redução do impacto das finanças sobre a volatilidade dos alimentos e sobre a fome.

A demanda por energia é também um dos maiores impulsos para as aquisições de terras no período recente. A crise energética, que ocorre também neste momento, se conecta a crise alimentar por alguns pontos. Neste período, houve um aumento significativo na demanda por energia e a “agroinflação” foi, em grande parte, conduzida pelo aumento nos preços dos biocombustíveis. Isso ocorre porque diversas culturas alimentares são deslocadas para a produção de combustíveis. Em

consequência, a expansão na produção de biocombustíveis pode ser vista como prejudicial à produção de alimentos, visto que ambos competem pelo bem escasso que é a terra e pelo uso de culturas (McMichael, 2009).

Ao mesmo tempo, o medo quanto ao aumento e a volatilidade dos preços dos combustíveis ou mesmo o medo da perda de soberania nacional pela estrangeirização de recursos energéticos, abriu demanda para novas formas de extração de recursos para segurança energética e desenvolvimento nacional (White *et al.*, 2012). A crise ambiental, por sua vez, envolve diversos elementos e está associada à crescente consciência quanto a limitação de recursos naturais no planeta, à poluição, às mudanças climáticas e ao aquecimento global decorrente do atual modelo mundial de geração de energia, entre outros.

Os biocombustíveis apareceram nos anos recentes como resposta tanto à crise energética quanto à ambiental. Dentre as razões para isto encontradas na literatura, destaca-se o aumento nos custos de produção, processamento, transporte e outros em um contexto de pico no preço do petróleo e o desejo de alguns países de reduzirem suas dependências de combustíveis de países do Oriente Médio e de construir

complexos industriais de biocombustíveis para garantir suas seguranças energéticas (Borras Jr, McMichael e Scoones, 2010). Em especial, os biocombustíveis são apresentados como uma forma de reduzir ou transformar os padrões de uso de energia com vistas a melhorar as condições ambientais sem afetar o crescimento econômico (Borras Jr, McMichael e Scoones, 2010).

McMichael (2012) chama a atenção para este ponto ao defender que os processos que resultam em *land grabbing* vem acompanhados pela ideologia dos cercamentos em nome da humanidade, que precisa de alimentos e do meio ambiente. Ambos dependem do acesso à terra em todo o globo. A crise de acumulação deste período impulsiona e justifica investimentos em terra, em nome, especialmente, da escassez de alimentos e de energias alternativas.

Além disso, o crescimento das chamadas *flex crops* e *flex commodities* atraem os interesses dos investidores. Estas são culturas e commodities com usos múltiplos e flexíveis, como comida, alimentação de animais, combustíveis, materiais industriais e mais, cujos usos podem ser intercambiados entre tais atividades, conforme lacunas no fornecimento ou o modo mais lucrativo em diferentes

circunstâncias – como mudanças nos preços ou políticas públicas mais ou menos favoráveis a determinado uso, por exemplo (Borras *et al.*, 2015). Os *flex crops* e as *flex commodities* possuem potenciais de mitigar riscos de investimentos e maximizar retornos e que, devido a isso, se tornam especialmente atraentes ao capital financeiro especulativo (Borras *et al.*, 2015).

Considerações Finais

O presente artigo teve por objetivo avançar na compreensão do fenômeno *land grabbing*, a partir da construção de uma definição para o fenômeno e do debate quanto às características particulares da onda de apropriações de terras no período recente, que estão ligadas a transformações mais amplas na economia política internacional. Em síntese, *land grabbing* é compreendido como *apropriação de terras*, conceito que está intimamente ligado a dinâmicas inerentes ao capitalismo para seguir acumulando capital. Argumentou-se que este fenômeno foi viabilizado por processos políticos e econômicos específicos do período, como os programas de reajuste implementados na década de 1980 e 1990, e que conjunturas específicas contribuíram para a intensidade e ritmo com que as apropriações de terra têm

ocorrido, em especial a financeirização da economia e a convergência de múltiplas crises.

Bibliografia

BM&FBOVESPA - CVM. (2015). *Mercado de Derivativos no Brasil: Conceitos, Produtos e Operações*. Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários. Fonte: <http://www.portaldoinvestidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/publicacao/Livro/Livro-TOPDerivativos.pdf>

Borras Jr, S. M., McMichael, P., & Scoones, I. (2010). “The politics of biofuels, land and agrarian change: editors' introduction”. *Journal of Peasant Studies*, 4, pp. 575 - 592.

Borras, S. M., Franco, J. C., Isakson, S. R., Levidow, L., & Vervest, P. (2015). “The rise of flex crops and commodities: implications for research”. *The Journal of Peasant Studies*, N. 1, pp. 93–115.

Borras, S., Kay, C., Gómez, S., & Wilkinson, J. (2012). “Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America”. *Canadian Journal of Development*, 33(4), pp. 402-416.

Botelho, M. L. (2014). “Teoria da Crise em David Harvey”. *Revista Continentes*, N.4, pp. 66-111.

Clapp, J. (2014). “Financialization, Distance and Global Food Politics”. *The Journal of Peasant Studies*, 41(5), pp. 797-814.

Clapp, J. (2015). “Distant agricultural landscapes”. *Sustainability Science*, 10(2), pp. 305-316.

_____. & Helleiner, E. (2012). “Troubled futures? The global food crisis and the politics of agricultural derivatives regulation”. *Review of International Political Economy*, 19(2), pp. 181-207.

Cutler, A. C. (2014). “New constitutionalism and the commodity form of global capitalism”, in: S. Gill, & A. C. Cutler, *New Constitutionalism and World Order*. Cambridge: Cambridge University Press.

Epstein, G. A. (2005). "Introduction: Financialization and the World Economy", in: G. A. (Ed.), *Financialization and the World Economy*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

Fairbairn, M. (2014). "Like gold with yield": evolving intersections between farmland and finance". *The Journal of Peasant Studies*, 41(5), pp. 777-795.

Fairhead, J., Leach, M., & Scoones, I. (2012). "Green Grabbing: a new appropriation of nature?". *The Journal of Peasant Studies*, 39(2), pp. 237-261.

Gill, S. (2008). *Power and Resistance in the New World Order*. New York: Palgrave Macmillan.

Gill, S. (2014). "Market civilization, new constitutionalism and world order", in: S. Gill, & A. C. Cutler, *New Constitutionalism and World Order* (pp. 29-44).

Hale, T., & Held, D. (2011). *Handbook of Transnational Governance: Institutions and Innovations*. Cambridge: Polity Press.

Harvey, D. (2004a). *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola.

_____. (2004b). "O "Novo" Imperialismo: acumulação por espoliação". *Socialist Register*, pp. 95-126.

_____. (2011). *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

_____. (2014). *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Margulis, M. (2014). "Emergent Global Land Governance", in: K. C. Seto, & A. Reenberg, *Rethinking Global Land Use in an Urban Era* (pp. 183-200). Cambridge: MIT University Press.

Margulis, M. E., McKeon, N., & Borrás Jr., S. M. (2013). "Land Grabbing and Global Governance: Critical Perspectives". *Globalizations*, 10(1), pp. 1-23.

McMichael, P. (2009). "A food regime analysis of the 'world food crisis'". *Agriculture Human Values*, 26, pp. 281-295.

_____. (2012). “The land grab and corporate food regime restructuring”. *Journal of Peasant Studies*, 39(3), pp. 681-701.

_____. (2016). “Food Security, Land, and Development”, in: J. Grugel, D. Hammett, & (EDs), *The Palgrave Handbook of International Development* (pp. 671-694). Londres: Palgrave Mcmillan: Springer Nature.

Nolte, K., Chamberlain, W., & Giger, M. (2016). *International Land Deals for Agriculture: Fresh insights from the Land Matrix: Analytical Report II*. CDE/CIRAD/GIGA/University of Pretoria.

Sassen, S. (2013). Land Grabs Today: Feeding the Disassembling of National Territory. *Globalizations*, 10(1), pp. 25-46.

_____. (2016). *Expulsões: Brutalidade e Complexidade na Economia Global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Sauer, S., & Borras Jr., S. (junho de 2016). ‘Land Grabbing’ e ‘Green Grabbing’: Uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. *Campo-Território: revista de geografia agrária* (Especial), pp. 6-42.

TNI. (2013). The Global Land Grab: a primer. *TNI Agrarian Justice Programme*.

White, B., Borras Jr., S. M., Hall, R., Scoones, I., & Wolford, W. (2012). “The new enclosures: critical perspectives on corporate land deals”. *The Journal of Peasant Studies*, 39(3, 4), pp. 619–647.